

ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA.

ANGRA DO HEROÍSMO, 22 DE MARÇO DE 2010

A 22 (vinte e dois) de Março de 2010 pelas 09h54m (nove horas e cinquenta e quatro minutos), realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, a sessão extraordinária do Conselho de Ilha da Terceira.

O Sr. Presidente da Mesa António Maio após saudar os conselheiros presentes, disse que a reunião havia sido marcada para as 9H30 para que houvesse alguma descompressão em termos de horário matinal e que à hora do almoço não houvesse pressão para se concluírem os trabalhos.

A Sra. Conselheira Rita Branco procedeu à chamada e foram registadas as seguintes presenças:

- **António Gabriel Fraga Martins Maio** (*Presidente do Conselho de ilha da Terceira e Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*)
- **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros** (*Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*)
- **Andreia Martins Cardoso da Costa** (*Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*)
- **Francisco Cardoso Pereira de Oliveira** (*Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*)
- **Paulo Messias** (*Representando o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória*)
- **Guilherme Ferreira de Melo** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*)
- **Ana Rita Meneses Branco** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*)
- **Rui Fernandes Nobre de Castro** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*)
- **Verónica Dalila Moules Bettencourt** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*)
- **Paulo Jorge Silva Ribeiro** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*)
- **Sandro Rebelo Paim** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*)

- **Carlos Valadão Santos** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*)
- **Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes** (*Representante das Associações Agrícolas – Fruter*)
- **Paulo Simões Ferreira** (*Representante dos Sindicatos – UGT*)
- **Victor Nelson Garcia da Silva** (*Representante dos Sindicatos – CGTP*).

Os Srs. Deputados:

- **Berto Messias** (*Partido Socialista*)
- **António Ventura** (*Partido Social Democrata*)
- **Clélio Meneses** (*Partido Social Democrata*).

O Sr. Presidente da Mesa António Maio referiu que estava ultrapassada a fasquia dos 10 (dez) Conselheiros para haver quórum e que distribuiu o Regimento do Conselho de ilha aos Srs. conselheiros, dizendo que os que já pertenciam ao Conselho de ilha, já o tinham, pelo que dispensava nova entrega.

O Sr. Presidente da Mesa continuou:

“Temos para aprovar a acta relativa à reunião do passado dia 23 de Outubro em que foi aprovado o parecer sobre o Plano Anual para 2010. Fiz a distribuição da acta em tempo útil, não sendo com a antecipação que gostaria. Só na quarta-feira de manhã a consegui disponibilizar para que vos fosse entregue. Certamente compreenderão que isto dá algum trabalho. A elaboração da acta foi feita pela empresa contratada pela Câmara Municipal de Angra, mas fiz a revisão deste texto praticamente sozinho.

Tive o cuidado de enviar essa acta aos membros do anterior Conselho de Ilha, nomeadamente aos Srs. Conselheiros Fernando Rocha e ao Aurélio da Fonseca para que também se pronunciassem, uma vez que eles são parte activa nessa referida acta. Da parte deles não recebi nenhum feedback, o que entendo como uma aceitação do que lá está.

Sendo assim, ponho à discussão essa acta da reunião de 23 de Outubro e gostaria de recolher o depoimento dos Srs. conselheiros presentes que participaram nessa reunião.

Se algum dos novos conselheiros quiser consultar as actas anteriores, pode dirigir-se aos Serviços da Câmara e ser-lhe-ão entregues.

Distribuí a acta da reunião de 23 de Outubro aos novos conselheiros para que se fossem familiarizando com o conteúdo, o tipo de intervenção e a forma como as sessões normalmente decorrem. Parece-me que está bem elaborada, apesar de ser muito extensa. Há quem prefira as actas resumidas com três páginas e há quem as prefira com 50 ou 60. Essa é a acta que nós temos. Dá algum trabalho na leitura, mas quem a ler, fica perfeitamente consciente do que se passou na reunião.”

Não houve intervenções e procedeu-se à votação da acta da reunião do Conselho de Ilha de 23 de Outubro de 2009.

A referida acta foi aprovada **com 11 votos a favor e 3 abstenções**.

O Sr. Presidente da Mesa António Maio disse ainda:

“Este Conselho foi instalado há pouco tempo. Tínhamos ainda uma outra proposta de decreto que estava agendada para ser apreciada em reunião do Conselho de Ilha e que tinha a ver com a suspensão do POTRA, mas ficou sem efeito, uma vez que esse assunto foi abordado na semana passada em sede de Assembleia Legislativa Regional, pelo que se dispensa completamente o parecer do Conselho de Ilha.

Se leram a acta da reunião do dia 23 de Outubro, está lá expresso o Parecer emitido por este Conselho relativamente ao Plano para 2010 que foi votado e aprovado por unanimidade onde se refere o assunto do Cais de Cruzeiros. Está mencionado na acta, uma recomendação do Estudo Técnico, não se pronunciando sobre a localização, deixando isso para mais tarde. Foi a única vez que, sobre o assunto, o Conselho de Ilha tomou uma posição oficial, nunca sendo no entanto, agendado como assunto específico.

Uma vez que o tema já tem sido discutido na Praça Pública e tendo havido reuniões de diversos organismos sobre essa temática, seria bom abordarmos isso, mas com a intenção de ser incluída na discussão uma temática que se relacione com todas as infra-estruturas portuárias da ilha, nomeadamente: Porto Comercial, Praia da Vitória, Cais de Passageiros, Angra do Heroísmo, tendo em conta a vocação específica de cada uma das zonas, uma vez que em Angra existe uma malha urbana e a opção do Governo Regional foi nesse sentido.

Se houver consenso e se os Srs. Conselheiros entenderem que isto é uma matéria de interesse, oportunamente agendarei um Conselho de Ilha para tratar deste assunto.

Quanto ao PROTA, é um documento muito extenso e achei que sairia um pouco comprometido se fossem introduzidas aqui outras temáticas. Assim e para a ordem do dia, deixei apenas o PROTA. Não introduzirei nenhum outro assunto.

Creio que esta reunião pode ser entendida como extraordinária. Assim sendo e não havendo Período Antes da Ordem do Dia, passaremos já à Ordem do Dia.

O Sr. Conselheiro Sandro Paim disse:

“Fico triste porque gostaria de colocar um assunto no período Antes da Ordem do Dia, relativo ao POTRA, já que não consegui perceber bem qual a razão da suspensão do Plano de Ordenamento Turístico.”

O Sr. Presidente da Mesa António Maio disse lamentar, mas o Regimento tinha que ser cumprido. No entanto e sendo o Turismo um plano específico do POTRA, sugeri ao Sr. Conselheiro Sandro Paim que, nesse âmbito, abordasse esse assunto já que, no seu entender, o POTRA é um documento genérico onde cabem os planos sectoriais e de pormenor.”

=====

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

=====

O Sr. Presidente da Mesa António Maio disse ainda que estava em cima da mesa a discussão do Plano do Ordenamento do Território dos Açores. O primeiro Parecer pedido a este Conselho, tinha sido no dia 6 de Outubro, chegou-lhe às mãos no dia 21 desse mês e foi feita a reunião no dia 23. Não houve hipótese de agendar naquela altura e, entretanto, em sede da Assembleia Legislativa Regional, o assunto foi sendo adiado.

Disse ainda que segundo a informação recolhida junto da tutela do sector, apenas as ilhas Terceira e S. Jorge não emitiram Parecer e todas as restantes já o tinham feito, sendo que em S. Miguel, cada município deu o seu parecer pontualmente.

Esta seria uma óptima oportunidade de o Conselho de Ilha da Terceira emitir o seu parecer, havendo disponível o tempo necessário para discutir o assunto, cujo objectivo seria, no final da reunião, emitir um parecer que fosse transmitido à Assembleia Legislativa Regional.

O Sr. Conselheiro Berto Messias usou da palavra:

“Sendo este o primeiro Conselho de Ilha com agenda definida além da eleição da Mesa, cumprimento todos os Conselheiros e desejo votos de felicidades e de desenvolvimento de um bom trabalho, importante para o desenvolvimento da ilha Terceira.

O PROTA é um documento extenso com alguma complexidade, mas sobre o qual é possível fazer algumas considerações e realçar algumas referências que são feitas à ilha Terceira e aos seus dois Concelhos.

É um documento orientador vinculativo para as entidades públicas e estabelece o quadro de referência para a elaboração de planos especiais no âmbito das regras para o ordenamento do território. Julgamos que a apesar da sua complexidade e da sua enorme extensão, é um documento de extrema importância e que centraliza a orientação sobre os instrumentos do ordenamento do território nos seus vários patamares. Estes instrumentos são formalizados e regulados quer pelo Governo Regional, quer pelos municípios e este documento tem a virtude de centralizar e orientar o que deve presidir à implementação e elaboração deste tipo de instrumentos de ordenamento do território.

Em termos de objectivos globais, podemos identificar a materialização dos grandes objectivos de desenvolvimento económico, social e ambiental dos Açores, o seu impacto e os seus contornos espaciais; formula a estratégia do ordenamento do território e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais intermunicipais e municipais de ordenamento do território, orienta a convergência das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, tem também como princípios importantes e que são sempre de realçar na nossa perspectiva, a diminuição de assimetrias inter-regionais e

além da sua abrangência, dá especial atenção à defesa e conservação do valor da paisagem que, sabemos, são matérias às quais temos que dar especial importância.

No que se refere à ilha Terceira e às referências que lhe são feitas, queremos sempre mais e melhor neste tipo de orientações, mas julgo que temos motivos para estar satisfeitos.

Dá ênfase à valorização das condições de produção de geotermia e realça o reforço das condições e de novas oportunidades de exploração em regime de modo de produção biológico que nesta ilha tende a evoluir para um perfil de especialização de frutos frescos.

Em termos de acessibilidades e equipamentos, é importante realçar a formalização e consagração neste documento do Aeroporto da Terceira como Aeroporto Principal e do Porto da Praia classificado como Porto Classe A, importante área dedicada à logística por duas razões especiais também consagradas neste documento, reconhecimento desse Porto com as melhores condições naturais dos Açores, apresentando grande reserva de capacidade, pretendendo-se equiparar com a infra-estrutura de Ponta Delgada como sendo um Porto capaz e com capacidade de resposta em caso de emergência.

Mais à frente no documento, temos algumas considerações sobre o modelo territorial do arquipélago e julgo que será importante realçar também a referência às duas portas que sustentam os fluxos materiais, pessoas e mercadorias com o exterior e justificam uma aposta em plataformas logísticas de escala regional, sendo a ilha Terceira uma das ilhas realçadas e com reforço de importância.

Deve também ser dado destaque à página 133 onde se fala dos modelos territoriais por unidade ilha. Convido todos a lerem essa página e a seguinte, onde há uma caracterização sintética mas consciente e correcta sobre a ilha Terceira, quer no que se refere ao Concelho da Praia da Vitória, quer ao Concelho de Angra do Heroísmo e o que deve ser tido em conta para a implementação de instrumentos de Ordenamento do Território para o futuro e algumas directrizes que são dadas quanto à nossa ilha nas normas específicas de carácter territorial, isto nas páginas 175 e 176.

Julgo que é um documento que em termos globais nos deixa satisfeitos e sobre o qual podemos dar um parecer positivo.”

O Sr. Conselheiro Clélio Meneses disse:

“Em qualquer sociedade moderna, o Ordenamento do Território é uma matriz de desenvolvimento e uma região insular e arquipelágica como a nossa com características espaciais muito definidas num território terrestre descontínuo e exíguo, tudo isso cria demasiadas contingências.

Temos também o território marítimo que deve ser avaliado e abordado como uma riqueza. O modo como interagimos com o território é a forma como nos identificamos. Por isso, é essencial que as políticas de Ordenamento do Território sejam eficazes, para que o desenvolvimento nas mais variadas áreas em termos sociais, económicos e culturais, corresponda àquilo que cada povo quer para a sua terra.

Concordamos com grande parte dos princípios abordados neste PROTA porque são genéricos e muitos deles ligados à própria doutrina do Ordenamento do Território, coincidindo com grande parte das propostas do PSD apresentadas ao longo dos anos. Concordamos com a generalidade dos pressupostos e objectivos definidos e parecem-nos correctos mas o problema vem depois, quando se passa da teoria à prática. Há aqui algumas propostas concretas que merecem alguma reflexão, sobretudo relativamente à ilha Terceira.

Deixo também, uma nota prévia relacionada com o facto de, este Plano ter sido decidido em 2003, há 7 anos atrás e entretanto ter-se alterado muito do que nele estava previsto. Essas alterações, não estão aqui totalmente plasmadas. Há referências a algumas realidades que já foram alteradas, por exemplo em relação à via rápida. A aposta do Cais de Cruzeiros não está aqui plasmada, a própria política aérea não está aqui definida como tem sido manifestado por este Conselho de Ilha e outros acontecimentos recentes. Este documento está um pouco desactualizado.

Para além da desactualização, há aqui outras questões concretas que me parecem mais preocupantes e uma delas tem a ver com a polémica suscitada relativamente às designadas plataformas logísticas, polémica essa que poderá reaparecer.

Esta é uma matéria que tem merecido algum debate promovido em grande parte pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e o que nos parece é que grande parte do que está aqui, é mais do mesmo do que existe até agora. Há uma expressão que está referida no próprio Plano que é: “*A consolidação do existente*”. É preciso de saber se a Terceira quer a consolidação do que existiu até agora.

Por outro lado, nas páginas 30 e 35 do documento, fala-se na Plataforma Logística da Terceira em alternativa à já existente em Ponta Delgada em situação de emergência.

Apesar de se fazer referência a alguma dimensão da Terceira e do Porto da Praia da Vitória em termos de Plataforma, todo o Plano está arquitectado neste pressuposto. A Plataforma Logística é Ponta Delgada em termos regionais, nesta perspectiva de “*afirmação progressiva*” e estou a citar: “*no Plano Internacional de Ponta Delgada, por valorização das Portas do Mar*”. É sempre nesta perspectiva. É preciso saber se é isto que a Terceira quer, porque as opiniões públicas não têm sido nesse sentido.

Pode dizer-se que é um passo, resta saber se é este passo que confirma aquilo que ocupou grande parte do debate político e partidário e que tem a ver com afirmação da centralidade da Terceira.

Nos períodos eleitorais os jornais da Terceira enchem-se de textos, a palavra centralidade é das mais ditas, mas depois, passado o período eleitoral, o que se vê é a centralidade sempre deslocada para uma parte do arquipélago que não é propriamente o centro e este documento confirma isto, sendo um sinal de preocupação.

Uma outra referência: “*...o único concelho dos Açores em que existirá estrategicamente diminuição do emprego público é Ponta Delgada*”.

Parece-nos preocupante que em todos os outros concelhos dos Açores se assuma uma dependência do emprego público. Isto é uma afirmação da fragilidade do desenvolvimento dos Açores, pela qual se orienta este documento. Prevendo que a orientação do desenvolvimento se baseia na diminuição do emprego público em apenas um concelho, perspectiva que apenas esse concelho se desenvolva.

Gostaria de mencionar aqui duas ou três questões sobre a desadequação deste documento, por exemplo, quando se fala em espaços de especial vocação turística, que estão no mapa identificados com um (T). Fala-se nuns e não noutros, demonstrando um desfasamento da realidade. Dou dois ou três exemplos: o Porto Martins e o Porto Judeu são notoriamente identificados dessa forma e muito bem. Os Biscoitos, as Cinco ribeiras e o Monte Brasil não o são e não me parece que faça sentido. Estão identificados a outro nível e noutro tipo de protecção, mas também são notoriamente factores que nos valorizam em termos turísticos e por isso parece-nos que devia haver uma adequação a esta realidade que preveja um conjunto de espaços da Terceira de Especial Vocação Turística. O facto de um estar e o outro não estar, desvaloriza o todo da ilha.

Nenhum turista nos visita apenas por um único ponto específico, mas sim por uma oferta turística mais globalizada que deve ser uma forma de afirmação da Terceira no exterior.

Há uma estrada regional que liga Angra do Heroísmo a S. Mateus e Cinco Ribeiras para oeste, que tem alguns pontos já identificados como de risco em termos de erosão e não está prevista nenhuma intervenção a esse nível. A estrada do Porto Martins também necessita de algum tipo de intervenção. Este documento também devia prever intervenções em termos de protecção das estradas.

Há aqui uma marca que tem a ver com a ideia do desenvolvimento das ilhas, das localidades e das pessoas e na forma como se ocupa o solo. Os Açores foram sendo povoados e desenvolvidos ao longo de séculos numa perspectiva de utilizar as melhores partes do território. Não havia o conhecimento científico que há hoje, mas as pessoas sabiam utilizar o solo e fixar-se nas zonas que melhor lhes serviam. É este equilíbrio de utilização do solo que nos parece uma das chaves do desenvolvimento do arquipélago.

Assiste-se correntemente a uma política de desertificação de algumas áreas dos Açores. Grande parte da população concentra-se nalguns meios urbanos, enquanto algumas pequenas localidades vão sendo esvaziadas de gente, de serviços e vão tendo cada vez menos vida. Isso é preocupante e vai contra o que, na nossa perspectiva, deve ser o Ordenamento do Território. Quando, nas localidades, se fecham escolas e serviços de apoio social aos mais idosos e à população em geral e se concentram esses serviços num ou noutro ponto, contribui-se para o progressivo esvaziamento dessas localidades, para a desertificação, para a falta de vida. Na nossa perspectiva, não é a melhor política de ordenamento do território.

É importante que este documento plasme essa estratégia de desenvolvimento e que se utilizem todas as partes do solo e do território de forma equilibrada, para que haja vida

em todas as zonas. Havendo deslocação das pequenas para as grandes localidades, há consequências negativas em termos económicos e sociais.”

O Sr. Conselheiro Guilherme Melo como estreante neste Conselho e após saudar todas as senhoras e senhores Conselheiros, disse que havia elaborado um pequeno texto para entregar à Mesa e dar assim o seu pequeno contributo sobre o Parecer final do PROTA, texto esse que passou a ler:

“A proposta do PROTA contém um vasto conjunto de indicadores e de propostas que visam o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e que parecem ser os melhores caminhos para atingir os objectivos a que se propõe, ou seja, de que os Açores possam ser em 2016, um espaço de excelência científica e tecnológica e um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, da natureza, da descoberta e do golfe, com maior valor acrescentado.

No entanto é preciso ter em conta que este PROTA já vem sendo elaborado desde 2003, passando por várias fases até à sua aprovação final, tendo havido avanços e recuos durante estes anos. Actualmente estamos a braços com uma crise económica que ainda não sabemos até onde poderá ir e que poderá condicionar a execução deste Plano Regional de Ordenamento.

A estratégia deste plano aponta, entre outros, para o desenvolvimento de uma boa rede de transportes e comunicações e para a criação de empregos e redes de equipamentos colectivos e serviços.

Permitam-me relevar que esta proposta do PROTA aponta também para o fomento de políticas de mobilidade e facilidade nas relações:

- Inter-ilhas;
- Arquipélago com a Madeira e Continente;
- Restantes ilhas da Macaronésia;
- E outros países de ambos os lados do Atlântico.

A ilha Terceira terá aqui um papel fundamental enquanto plataforma logística à escala regional que sustente os fluxos materiais, pessoas e mercadorias com o exterior, garantindo a não exclusiva dependência de um único nó de ligação, como é referido na página 121 desta proposta do PROTA.

Esta proposta constante no PROTA vem dar razão àquilo que várias vozes vêm reivindicando para a ilha Terceira e que ela bem precisa, não só para si, mas também para o desenvolvimento das demais ilhas do grupo Central e Ocidental.

Um outro ponto que também nos preocupa e que o PROTA não aprofunda, tem a ver com o parque habitacional degradado que aos poucos vai aumentando em todas as nossas ilhas e ao qual a Terceira não escapa.

O número de moradias degradadas e ao abandono vai aumentando, em especial nos lugares em que há uma diminuição mais acentuada da população. Essas moradias vão denegrindo o meio ambiente, a paisagem da nossa ilha ou das nossas ilhas, se quisermos.

Assim, será preciso direccionar políticas que visem a recuperação desse património edificado contribuindo também para a fixação da população.

Tais políticas, em nossa opinião, têm de ser levadas a cabo em colaboração com as câmaras municipais eventualmente de parceria com as câmaras do comércio e que, numa altura de crise, especialmente da construção civil, este problema possa ser equacionado: dar trabalho às pequenas empresas de construção civil, melhorar substancialmente as condições de habitabilidade e a fixação das pessoas, além de recuperar, não só a utilização do solo, mas também o próprio parque habitacional.

Outro ponto que também nos preocupa é a programação das redes de equipamentos de utilização colectiva, ou seja, é preciso saber de quantos Jardins-de-Infância precisamos e onde precisamos, o mesmo se passando com os Centros de Dia e de Noite, ou de Polivalentes Desportivos ou Salões Culturais, bem como, que tipo de entidades suportarão o custo da construção e quais as que reúnem melhores condições para as manter em funcionamento.

Como todos sabemos, este tipo de equipamentos têm sido realizados pelas IPSS, Associações Culturais e Desportivas, praticamente com dinheiros públicos, mas sem um verdadeiro estudo da necessidade do empreendimento e do seu dimensionamento, ou seja, tem sido um pouco à mercê da boa vontade das organizações de voluntários e com a participação da administração regional e local.

Torna-se assim necessário fazer um levantamento exaustivo do que temos e precisamos e elencar prioridades para o que pretendemos fazer no futuro, isto em estreita colaboração não só com o poder local, mas também com a Sociedade Civil nas suas organizações culturais, sociais e desportivas, bem como com as IPSS.

Termino com a convicção de que o PROTA poderá ser um valioso instrumento de trabalho que pode contribuir para o desenvolvimento da nossa Ilha e da Região, se for levado a sério por todas as entidades nele envolvidas, para ser orientador na tomada de decisões e ser discutido e melhorado em diversos níveis, desde logo, neste Conselho da Ilha Terceira.”

O Sr. Conselheiro Paulo Ribeiro na sua primeira intervenção, disse:

“Vou procurar cingir-me à ilha Terceira, embora não possamos falar dela sem termos em conta um enquadramento geral. A Terceira é uma das ilhas centrais e em alguns aspectos, a ilha central na Região Autónoma dos Açores.

Este Plano vem de encontro a tudo o que se tem feito em directivas nacionais, comunitárias e estratégias internacionais, no que ao Ordenamento do Território diz respeito. A serem concretizados, estes objectivos seriam o que a Terceira precisaria. Porém, ao analisarmos este documento, existem algumas contradições entre o que está escrito e o que têm sido as posições públicas tomadas recentemente.

Na altura em que este documento foi elaborado, ainda nem se falava do Cais de Cruzeiros, muito menos onde seria construído.

Diz aqui que a porta de entrada e de saída da ilha Terceira via marítima é através do Porto da Praia da Vitória. Teria que ser feita aqui uma alteração para que se fosse de encontro ao que tem sido anunciado publicamente.

Por outro lado, está prevista a construção de um Parque Tecnológico em Angra e já foi anunciada pelas duas câmaras, a construção de outros Parques Tecnológicos. Não há nada contra a construção desses dois parques, mas uma vez que depois este documento presidirá às revisões dos PDM's e na Praia está anunciada pela Câmara Municipal a execução de um Parque Tecnológico..."

Outros Srs. Conselheiros interromperam e corrigiram, dizendo que seria um Parque Empresarial.

O Sr. Conselheiro Paulo Ribeiro continuou:

"...pensei que era um Parque Tecnológico. De qualquer modo, considero que há contradições entre o documento e o discurso oficial.

Este documento também é bastante omissivo ou faz uma abordagem muito genérica em relação à Protecção Civil. Olhando para a Planta onde é definido o sistema urbano e rural, vemos que entre a Vila Nova e as Cinco Ribeiras não está prevista qualquer via alternativa a ser utilizada no caso de obstrução da Estrada Regional e a única alternativa é atravessar a ilha pelo interior.

Sendo este um Plano de Ordenamento do Território, podíamos propor para esta zona da ilha, a construção dessa via alternativa. A abertura de uma simples vala na Estrada Regional em caso de obras, é suficiente para que em toda esta zona surjam dificuldades em termos de acessibilidades. Este não é o único problema. Toda a intervenção está a ser feita ao nível dos dois principais centros urbanos e não se prevê qualquer estratégia para combater a desertificação que se tem vindo a verificar nos últimos anos na costa norte e oeste da ilha.

Em termos de fixação de populações, também não há qualquer estratégia definida. Não há qualquer referência ao Parque Escolar e ao tipo de ocupação, nomeadamente a serviços de natureza social. O Parque Escolar é fundamental, uma vez que a sua gestão em termos de estruturas é da responsabilidade do Governo regional e neste Plano não existe qualquer referência a que escolas serão construídas ou onde o serão, e quais as que deixarão de existir. Para a ilha Terceira, não existe qualquer estratégia no combate à desertificação nas costas norte e oeste da ilha. Os Biscoitos estão numa situação diferente porque são uma zona de microclima com características muito particulares.

Este Plano deve ser mais abrangente, não se focalizar apenas nas duas cidades e definir políticas de combate à desertificação."

O Sr. Conselheiro António Ventura usou da palavra:

"Sendo esta a primeira vez que intervenho, espero que o Conselho de ilha emita Parecer a favor da ilha Terceira, do seu território, das pessoas e acima de tudo, que cá dentro

tenhamos respeito pela opinião de todos, no sentido de os trabalhos se desenvolverem da melhor maneira.

Há aqui duas questões que nos preocupam. O PROTA quantifica e qualifica o que habitamos e usamos num sentido estratégico muito local. Não há qualquer orientação ao nível da ilha para melhorarmos a nossa independência exterior no que respeita à auto-sustentabilidade alimentar.

Esta dependência tem fragilidades a nível económico e social, com as flutuações dos preços que afectam os rendimentos das pessoas. Este PROTA também não faz qualquer referência a esta matéria. Estamos em vésperas da discussão de um novo quadro comunitário de apoio 2013-2020 e não há, ao nível da ilha Terceira, uma orientação para criar essa independência.

Tendo em conta essa auto-sustentabilidade alimentar, preocupa-nos também a coexistência entre zonas de protecção ambiental e zonas produtivas, devendo ser mantida a sua multifuncionalidade e não se expulsando a actividade produtiva. Nessas zonas é possível praticar-se um tipo de produção alimentar compatível com as sensibilidades actuais.

A semana passada, na Assembleia Legislativa Regional, foram aprovadas as medidas preventivas para a Caldeira Guilherme Moniz que representa 10% do território da ilha Terceira. Não podemos ter 10% do território da ilha, dedicado à produção de água. É possível compatibilizar com outras produções e o PROTA não prevê a coexistência de produções, mas sim uma linha de actuação que permite a expulsão de outras actividades económicas, de zonas com protecção ambiental.

A fileira agro-industrial láctea é a maior fileira económica da ilha e é preciso mantê-la.

São essencialmente essas duas preocupações: por um lado a auto-sustentabilidade alimentar e por outro, a coexistência de produções nessas zonas de território protegido. Os Açores são dedicados quase em exclusivo à Agropecuária na qual somos detentores de um pólo de conhecimento científico e não estamos no centro do que devia ser uma abrangência sectorial científica a favor das produções locais.

O PROTA remete o posicionamento estratégico e geográfico e a importância da ilha Terceira para segundo e terceiro planos, sem que haja uma necessária e conveniente investigação científica a favor das produções locais.

A Sra. Conselheira Rita Branco usou da palavra referindo que na sua opinião e sendo um documento genérico, não se deveria referir em pormenor à Canada X ou Y ou ao Caminho A ou B, mas sim, de um maneira geral, defender a beneficiação das vias de comunicação existentes e o aparecimento de algumas novas.

Em relação ao PROTA e intervindo na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Porto Martins, quando leu o documento, cingiu-se ao que à sua freguesia dizia respeito. Ao reparar que nem o Porto Martins nem os Biscoitos vinham demarcados com o (T) (Classificação de Zona Turística), deu o seu Parecer que foi aceite e comunicou o assunto ao Presidente da Junta de então, no sentido de dar também o seu Parecer para

que os Biscoitos aparecessem com o referido (T) no mapa, como foi conseguido pela freguesia do Porto Martins.

Disse ainda que o Governo fez o que deveria fazer, comunicando às Juntas de Freguesia e pedindo a sua opinião. Apesar de achar que as Juntas de Freguesia deviam demonstrar maior interesse e defender o seu espaço territorial, referiu que o Conselho de Ilha deve dar o seu Parecer no sentido de os Biscoitos também serem classificados de Zona Turística e o referido (T) ser incluído no mapa.

O Sr. Conselheiro Paulo Simões Ferreira na qualidade de representante da AAIT e dos agricultores, disse:

“Relativamente ao equilíbrio e à utilização do solo, gostaria de referir que já me manifestei publicamente e também aqui no Conselho de Ilha, relativamente às novas construções em áreas agrícolas. Apesar de ter havido algum avanço no sentido da não divisão de terra até 10 alqueires, algo deverá ser feito no que diz também respeito às novas construções que vão sendo feitas na extensão das freguesias rurais. Há muitas casas em ruínas nos centros das cidades e das freguesias que poderiam e deveriam ser reconstruídas e destrói-se terreno propício à produção agrícola.

Lembro que este não é um problema actual. As hortas da cidade de Angra eram no Cerrado do Bailão onde hoje é um parque de estacionamento e também nos Portões de S. Pedro onde hoje está o Terceira Mar Hotel. Há 30 ou 40 anos atrás, saía dali toda a horta comercializada em Angra. Com o sismo de 1980 foi destruído o Cerrado do Bailão e construídos bairros em Santa Luzia em terrenos bons para a produção agrícola.

Como a ilha não cresce, cada vez temos menos terrenos agrícolas e mais construção e muita dela desordenada.

Quanto à Caldeira Guilherme Moniz, foi dado o nosso Parecer como sendo a zona necessária à produção de água para a ilha. É certo que a água é um bem essencial, mas o que me repugna é que naquela zona os agricultores são proibidos de, por exemplo, construírem arroteias ou um pequeno espaço para ordenharem vacas à abrigada e continuamos a ver ali ao lado uma pedreira de grande dimensão e não vejo ninguém preocupado em fechá-la. Acho muito bem que haja ali um campo de Golf melhorado com novas e grandes construções, mas há proibições no que toca aos agricultores.

Houve aqui uma intervenção defendendo que talvez sejam necessárias mais estradas entre a Vila Nova e as Cinco Ribeiras. Penso que já temos estradas que cheguem e a ilha não é assim tão grande que a retalhemos com mais algumas, porque, por cada estrada que apareça, ficamos com menos terrenos para agricultura. Acho que em 15 minutos, viajamos de um ponto ao outro da ilha. Mais estradas, não.

Uma outra questão que também me faz pensar, tem a ver com as políticas das escolas. Vão sendo fechadas muitas escolas nas várias freguesias por falta de alunos e vão sendo construídas escolas maiores como a de S. Carlos que alberga milhares de crianças.

No Ensino há que centralizar, mas na Terceira Idade deve fazer-se o contrário. São políticas exactamente opostas. Deve optar-se por pequenos lares nas freguesias.

Deixaremos de ver crianças nos caminhos das freguesias vindas da escola a caminho de casa. Tudo isso desaparece.”

O Sr. Conselheiro Carlos Valadão em representação da CCAH, disse:

“É natural que num documento com esta extensão surjam pontos críticos e a intenção não é criticar só por criticar. Contém elementos de grande valor mas há duas ou três coisas que nós, Câmara do Comércio, gostaríamos e ver realçadas.

O Porto da Praia não é aqui mencionado como sendo um elemento de importância primordial para a ilha Terceira. É sempre referido como sendo uma alternativa ao de Ponta Delgada, dizendo mesmo que «...em caso de emergência, tem capacidade de resposta em alternativa ao de Ponta Delgada». Isso contraria um pouco o que a Câmara do Comércio pensa em termos de desenvolvimento regional e neste caso particular ao nível da ilha Terceira, considerando o Porto da Praia um ponto fulcral para esse desenvolvimento. Também refere que nesse Porto têm sido feitos investimentos avultados, o que não é bem verdade, dependendo do conceito do que é um «investimento avultado».

Um Plano Orientador desta forma implica inter-ligações com outros Planos e isto faz realçar a ausência do Plano Geral de Urbanização para Angra e o famoso Plano de Salvaguarda da Zona Histórica de Angra que é um tema que vem sendo debatido desde há vinte anos a esta parte.

Concordamos com o Plano como orientador de uma forma transversal, mas estas duas questões teriam que ser revistas e chamadas à atenção de quem de direito sobre esta matéria.”

O Sr. Conselheiro Sandro Paim também representando a CCAH, complementou:

“Eu gostaria de realçar o que foi dito pelo meu colega da Câmara do Comércio. Se calhar, na altura em que foi preparado este documento não havia uma perspectiva de logística como há hoje. Não podemos ser minimalistas e considerar o Porto da Praia regional. Tem que ser visto como uma possibilidade internacional de captação de fluxos. Eu compreendo que poderá estar escrito que é complementar a S. Miguel, se for mencionado também que S. Miguel é complementar à Terceira. Serve de complemento de emergência caso haja algum problema em S. Miguel, mas da mesma forma, S. Miguel terá que servir de alternativa de emergência, caso algo aconteça na Terceira. Isso tem que ficar claro.

Há aqui outros aspectos. Quando se diz: «...não é espectável uma questão inter-modalidade envolvendo o modo aéreo e o modo marítimo». Também não tem lógica. Hoje em dia a logística passa necessariamente por todas estas vertentes e ao referir-se num documento destes que a estratégia a longo prazo não é espectável, é melhor que, nem tão pouco se faça referência.”

O Sr. Conselheiro Victor Silva interveio na qualidade de representante da CGTP:

“A nível da CGTP Açores, neste Conselho de ilha, vamos procurar contribuir ao máximo para os interesses da ilha Terceira e dos terceirenses. Da nossa parte haverá uma actuação positiva e não teremos qualquer problema em apoiar outros contributos já aqui dados. Começo por dizer que do ponto de vista sindical a nossa opinião vai de encontro à da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo em relação às duas preocupações que aqui apresentaram e que também foram referidas pelo Sr. Conselheiro Clélio Meneses.

Em relação ao Porto da praia da Vitória, também achamos que a referência deveria estar feita de forma diferente.

Há também outras situações em que o Plano é omissivo. Foi aqui referido que a Estrada Regional Nº 1 precisa de alguma intervenção. Poderá existir algo programado nessa área, mas no documento não existe e nesse ponto de vista é uma oportunidade perdida.

Em relação ao que aqui foi referido pelo Dr. Clélio Meneses e pelo representante dos agricultores, nós também achamos que é importante a fixação das populações nas zonas rurais e a isso também não é feita nenhuma referência.

Em termos gerais achamos que o documento é um excelente documento de trabalho, estamos de acordo com ele e achámo-lo positivo em termos teóricos, mas sentimos que muitas vezes, não se põe em prática o que é dito em teoria. Se o que aqui está expresso for posto em prática, será um excelente instrumento de trabalho.”

A Sra. Conselheira Andreia Cardoso disse:

“Uma das dificuldades da produção de instrumentos de planeamento é a delonga. São instrumentos que demoram muito tempo a serem preparados desde que é feito o levantamento até ao planeamento dos objectivos e respectivas acções. Exemplos disso, foram os P.D.M.'s ao nível dos municípios, os Planos de Urbanização e o Plano de Pormenor e Salvaguarda.

Penso que é essencial que uma proposta deste teor seja aprovada, embora não seja perfeita. É evidente que podemos sugerir aqui algumas correcções, mas é essencial que passemos a dispor de um documento desta natureza.

É muito difícil a produção de instrumentos de planeamento, porque em Portugal a legislação é produzida e alterada com mais frequência do que a capacidade dos municípios ou das instituições públicas de porem em prática as diligências que lhes são impostas por via da produção legislativa. O Plano de Pormenor de Angra tem exactamente esse problema porque está em construção desde que a legislação o obrigou a ser posto em prática e todos os anos surgem alterações legislativas que impõem também alterações ao Plano em curso, dificultando a vida das entidades públicas.

Também acho que não devemos presumir que este documento substitui todos os outros. Por isso é que existem outros instrumentos de planeamento.

Já por diversas vezes houve aqui referências aos equipamentos escolares e sociais. São dois exemplos de que existem documentos de planeamento paralelos e são orientadores do que virá a ser o parque escolar e o parque de infra-estruturas sociais. Há instrumentos de duas naturezas: os regionais e os locais no que diz respeito aos equipamentos escolares e ainda a Carta Social que é um instrumento de que o governo dispõe e que também é essencial para essa matéria.

Estas reuniões têm-se pautado pelo facto de darmos as nossas opiniões sem nos preocuparmos muito com a linguagem mas, genuinamente, estamos preocupados com a matéria em discussão e acho que é o que devemos continuar a fazer.

Também existe um Plano Regional da Água que se dizia que não estava a ser feito correctamente e se pedia ao governo que tomasse medidas. Agora foi tomada uma medida que me parece muito positiva. Não resolve o problema na totalidade, mas toma medidas cautelares relativamente à produção e qualidade da água numa das zonas mais importantes da ilha Terceira.

Eu percebo o Sr. Paulo Ferreira quando ele pergunta como isto é compatível com outras situações nas imediações, nomeadamente a pedreira da Tecnovia existente perto da VVN. Ela existe porque o PDM prevê infra-estruturas naquele espaço. O perigo dos instrumentos de planeamento é que eles têm que ser compatíveis entre si da mesma forma que provavelmente o Plano de Ordenamento do Turismo prevê a existência de um campo de Golf naquela zona. Há que compatibilizar. Penso que é benéfica a medida de prevenção e protecção tomada naquela zona central da ilha.

A água é para nós, imprescindível. Percebemos que aquele reduto seja protegido, mas é preciso compatibilizar os outros instrumentos de planeamento designadamente o PDM, que prevê, por exemplo, que haja ali uma zona de extracção de inertes. Embora os inertes não tenha a importância que a água tem, também precisamos deles para a construção e quando são usados de forma abusiva noutras zonas e deveriam estar protegidos, somos sensíveis a essa situação. É importante que nos outros instrumentos de planeamento haja espaços para esse tipo de actividade.

Quanto ao Porto da Praia e ao Cais de Cruzeiros, parece-me que esta é uma matéria que este Conselho deve deixar referenciada à semelhança do que foi dito pelo Sandro Paim.”

O Sr. Presidente da Mesa António Maio usou da palavra para dizer que no Período de Antes da Ordem do Dia a Câmara do Comércio tinha pedido uma intervenção sobre o POTRAA (Turismo). Disse que esse decreto foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional e que o Conselho de Ilha da Terceira tinha aprovado o POTRAA em Maio de 2008 e agora há uma suspensão.

O Sr. Conselheiro Sandro Paim disse:

“ Havia bolsas de incremento de camas em cada uma das ilhas e o POTRA tinha isso previsto caso houvesse necessidade de aumentar o investimento nessa área. A suspensão deveu-se a quê? Essas bolsas não foram suficientes?”

O Sr. Presidente da Mesa disse que a questão estaria perfeitamente identificada e gostaria que alguém desse o seu contributo falando sobre o assunto.

O Sr. Conselheiro Rui Castro usou da palavra:

“A meu ver devemos emitir este documento favoravelmente mas com algumas ressalvas e correcções que já foram aqui apontadas.

No que toca às Quatro Ribeiras e porque tentamos sempre puxar a brasa à nossa sardinha, acho que devemos emitir parecer favorável mas com algumas rectificações, como sendo o caso dos Pontos Turísticos.

As Quatro Ribeiras, Biscoitos, Vila Nova e Cinco Ribeiras não estão contempladas com o (T) e a meu ver, deviam estar.

No caso das Quatro Ribeiras, temos casas de Turismo Rural que durante a época de Verão estão ocupadas e o proprietário está interessado em que esse negócio cresça na freguesia. Estas zonas com vocação para o mar devem estar aqui contempladas. As Quatro Ribeiras são um excelente lugar para mergulho, vão para lá várias escolas da especialidade e a zona é classificada de interesse comunitário.

A Orla Costeira tem espécies protegidas que nos impedem de lá colocar máquinas para recuperação da zona balnear. São estas coisas que contribuem para um combate à desertificação nestes lugares. O investimento combate a desertificação, não só o proveniente do governo regional, mas também o que é feito pelas câmaras municipais.

A desertificação é consequência da falta de investimento e de condições de vida para que os jovens se fixem nessas localidades.

No que toca à minha freguesia, acho que não é demais lembrar o que leva a essa desertificação. As Quatro Ribeiras estiveram vários anos sem um cêntimo de investimento. Felizmente, desde há uns anos a esta parte, tem-se lá investido, criado condições de vida e arejado a freguesia.

Custa a todos ver uma escola a encerrar, mas temos que ver que numa escola com um professor e onze alunos do primeiro ao quarto ano, não há condições de ensino nem de aprendizagem.

Há mais jovens na freguesia mas os pais não os podem ter lá. A sociedade actual obriga a que ambos trabalhem, não os podendo deixar ao abandono.

Em muitos casos, a falta de investimento leva à desertificação e refiro-me propriamente à Câmara Municipal da Praia da Vitória que durante muitos anos manteve as Quatro Ribeiras à margem. Não foram tomadas medidas atempadas para combater essa desertificação.”

A Sra. Conselheira Verónica Bettencourt disse:

“Em primeiro lugar gostaria de congratular a Mesa e o seu Presidente por mais este mandato e também aos restantes colegas, desejando um trabalho profícuo no futuro.

Na análise que fiz e porque, infelizmente, tive acesso a este documento na passada sexta-feira, devido à qualidade da minha impressão, não me apercebi do facto de os Biscoitos, Quatro Ribeiras e Cinco Ribeiras, não fazerem parte desse mapa como Pontos Turísticos.

Penso que de uma forma geral, o POTRA é um instrumento de trabalho extremamente valioso e dentro das suas várias vertentes relacionadas com o Ordenamento do Território, gostaria de me debruçar um pouco mais no que toca ao turismo.

Fico muito satisfeita vendo que se valoriza em termos das acessibilidades aeroportuárias e da rede viária, o que para nós é muito importante.

O POTRA, o Ordenamento do Turismo, tem a ver com a capacidade hoteleira e neste documento fala-se também da reabilitação do turismo em espaço rural e a valorização de todas as casas lá existentes, fazendo com que as pessoas passem pelas freguesias.

Gostaria de salientar também que em termos futuros e no que respeita à valorização e preservação do Património Histórico e Cultural, deve haver uma protecção bastante significativa.

Em termos da criação da sinalética turística, penso que se está um pouco desfasado no tempo porque se tem desenvolvido bastantes acções nesse sentido em termos da definição de todas as rotas turísticas e locais de interesse turístico e da protecção de determinadas redes.

Quanto à suspensão do POTRA, pelo que me apercebi e vi na Assembleia, em três ilhas essa bolsa de camas estaria já esgotada e a suspensão parcial do POTRA tinha a ver com o facto se poder estar a inviabilizar uma série de construções a nível de novas unidades hoteleiras nessas mesmas ilhas.”

O Sr. Conselheiro Sandro Paim, disse:

“O Berto Messias deu-me o decreto que foi aprovado e não me parece bem pelas seguintes razões: quando trabalhámos o PROTA tínhamos a consciência que estávamos a limitar para dar sustentabilidade ao crescimento turístico. Não nos interessa aumentar o número de camas e ter ocupações de 20% porque acabamos por falir toda a gente. Há que crescer sustentadamente.

Na altura foram criadas bolsas por ilha e uma bolsa global. O que estamos aqui a fazer é pegar numa bolsa global e encaminhá-la para S. Miguel e Pico. Até agora foram contempladas essas duas ilhas e o que me parece também é que havia uma razão de existir. Havia camas cativas que ainda não foram construídas, há a hipótese de se construir mais e na minha opinião, está a fazer-se com que se reduza a rentabilidade de cada um dos que já construiu. A procura não tem vindo a ser acompanhada já que as taxas de ocupação têm vindo sempre a baixar, dando espaço a um aumento do número de camas. Sem procura, baixamos a rentabilidade que já está negativa para grande parte dos hoteleiros que querem fechar portas. Baixando a rentabilidade, podem falir mais empresas e isso não me parece bem.

Na perspectiva da ilha Terceira, embora haja a possibilidade de ser o Governo Regional a mexer nessas bolsas conforme as necessidades, não o fazendo e como se está a apanhar uma bolsa que era global para S. Miguel e Pico, o que pode acontecer é que em possíveis necessidades de investimento na Terceira, se nada for alterado, vamos mais uma vez, ter que suspender o POTRA para podermos fazer investimentos.”

O Sr. Conselheiro Clélio Meneses, disse:

“Gostaria de deixar aqui cinco notas: a primeira é sobre a importância do planeamento que referi na minha primeira intervenção, que também o foi por outros conselheiros e que me parece decisiva para a concretização da ideia de desenvolvimento que tenhamos sobre a região.

Gostaria mais uma vez de reforçar a importância do Planeamento e do Ordenamento do Território para a concretização de qualquer política de desenvolvimento. Esta importância não pode ser posta em causa com o que aqui foi dito e que me parece muito grave, muito perigoso. A Sra. Presidente da Câmara de Angra disse que temos que aprovar. Não devemos ter pressa em aprovar porque pode levar ao que aconteceu com a suspensão do POTRA e isso descredibiliza os planos e as decisões dos políticos. Um dia aprovam, depois suspendem e depois as pessoas não acreditam muito nisto tudo. Deve haver o maior cuidado e atenção possíveis na análise deste diploma para que daqui saia algo eficaz, em que as pessoas acreditem e que funcione durante algum tempo para que se evitem discussões como houve a semana passada no Parlamento sobre a suspensão do PROTA. Acabou por se discutir algo que foi aprovado há meses e é suspenso agora. Tem que haver muito cuidado para que, o que daqui saia, seja eficaz, funcione e não perturbe a relação Político/População.

Segunda nota: eu não falei em canadas. Falei apenas na Estrada Regional N°1, que é a principal estrada da Terceira. Quis deixar uma nota de preocupação para a necessidade de haver uma intervenção preventiva relativamente à segurança daquela estrada e dei exemplos de situações concretas relativas à mesma, onde há mais circulação e pontos críticos identificados em termos de erosão.

Terceira nota: há outros instrumentos e todos sabemos disso. Há a Carta Social, a Carta escolar, os Planos Directores Municipais, um manual de instrumentos de planeamento e de orientação estratégica sectorial mas este é o pico da pirâmide. Este é o documento fundamental. É a partir daqui que surgem as orientações para todo o desenvolvimento sectorial em todas as outras áreas. Ora, se na orientação, não estão plasmados os princípios, as directrizes, as orientações que entendemos mais adequadas, o resto da pirâmide desenvolve-se de forma incorrecta. Aqui devem estar previstos alguns dos aspectos que identificam o que queremos para o desenvolvimento dos Açores e em particular da ilha Terceira, nomeadamente a questão que falava da desertificação, quer seja pelas escolas ou não.

Penso que todos estão de acordo que faltam políticas que concretizem a fixação das pessoas nas várias localidades.

Parece-me que um documento com esta importância que tem a ver com a ocupação do solo, deve referenciar que é necessário fixar as populações aos vários locais, porque só assim se promove o equilíbrio.

A quarta nota: Durante anos e anos na Europa, falava-se em Coesão Económica e Social. Depois passou a falar-se na coesão Territorial. Hoje em dia o que se percebe e se sente é que a Coesão Territorial é que promove, por si só, a Coesão Económica e a Coesão Social. A forma como as pessoas, os investimentos, as dinâmicas e a vida se desenvolvem nas várias partes do território, é que promove o desenvolvimento económico e a coesão económica e social.

Última nota sobre Plataforma Logística: acho que o Conselho de ilha da Terceira tem aqui a oportunidade de ser o mais claro possível sobre as questões ligadas a isso. Acho que se tivermos uma posição, desculpem a expressão, de “meias tintas”, vai continuar tudo como está.

Não queria avançar muito sobre a dita Plataforma porque temo que a minha opinião seja partidarizada e posta em causa. Neste caso concreto há uma entidade que é a Câmara do Comércio que liderou este debate e o Sr. Sieuve de Menezes também já teve opinião pública sobre esta matéria. Há aqui gentes da Sociedade Terceirense que lideraram este debate e têm uma opinião clara sobre isso e acho que o Conselho de ilha tem aqui a oportunidade de ser o mais claro possível. Quando se diz que a Terceira é uma Plataforma de alternativa, secundária, de emergência e tudo o resto diz que a central, a internacional, a regional é em ponta Delgada, vai contra tudo o que se disse.

Se não formos concretos, ficará tudo como está. O meu desafio é que haja mais clareza para que se perceba o que se quer sobre isso.”

O Sr. Conselheiro Paulo Ribeiro usou da palavra:

“Quando falo das vias alternativas de Protecção Civil é porque penso ser importante pensarmos nestes assuntos nesta fase e não em cima dos acontecimentos. Se não tivermos esta discussão agora, tê-la-emos um dia, porque as coisas acontecem.

É importante que o Plano Regional de Ordenamento do Território, instrumento que regula o Ordenamento do Território na região, efective a questão das vias alternativas. Esta é uma discussão que felizmente não estamos a ter na ilha Terceira, mas está a ser tida em cima do acontecimento a nível nacional, concretamente na Madeira e na Ilha de S. Miguel. Nós devíamos ter uma preocupação ao nível da Protecção Civil, até porque este Plano tem um horizonte para 2016.

Quanto aos instrumentos de gestão territorial, todos nós sabemos qual é o seu objectivo e a Lei de Bases é clara nisso: há uma definição nacional, passa a uma definição regional e vai até aos Planos de Pormenor, Planos de Urbanização e aos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Em relação ao Parque Escolar, a Lei de Bases diz que é da responsabilidade dos Planos Regionais definir os investimentos públicos no que diz respeito à educação, à cultura e à componente social. Logo, este Plano devia ter no seu conteúdo, a previsão de

construções escolares, sendo certo que existe a Carta Social e a Carta Escolar como a Sra. Presidente da Câmara bem disse.

Desde o início do ano 2000 que a Carta Escolar prevê a construção de uma escola, a escola do Ramo Grande, que é um investimento regional. Seria importante que este Plano dissesse claramente que naquela zona da ilha é importante que se construa uma escola desta natureza porque um Plano não quer dizer que as coisas vão ser feitas; é possível fazer-se e pretende-se que seja feito de acordo com o que aqui está. O mesmo que se passa com esta escola, passa-se com as do primeiro ciclo.

Como disse o Sr. Presidente da Junta das Quatro Ribeiras, o que aqui falta é investimento e este Plano não prevê investimento em toda aquela zona, da Vila Nova às Cinco Ribeiras. Se na freguesia das Quatro Ribeiras não houve investimento durante muito tempo, eu olho para esta planta e vejo uma larga percentagem da ilha Terceira com núcleos populacionais bem pequenos, fruto dessa falta de investimento e da falta de preocupação em fixar populações e fazer com que a Terceira cresça, não só os grandes aglomerados, mas toda a ilha.

Como disse o Conselheiro Clélio Meneses, é preciso haver coesão territorial não só a nível global mas sobretudo a nível ilha e traduzir que ela tenha um desenvolvimento mais homogéneo, mais equilibrado e que as pessoas se fixem nas freguesias onde nasceram, onde possam ter condições de vida, sem terem necessidade de irem para Angra ou Praia, o que faz com que haja um crescimento desordenado das duas cidades, havendo consequências em termos urbanísticos e do ordenamento territorial que daí advêm.”

O Sr. Conselheiro Berto Messias disse:

“Quanto à Caldeira Guilherme Moniz e às normas de salvaguarda que foram recentemente aprovadas, é preciso dizer que essas normas são transitórias de dois ou três anos até à criação do Parque Natural da ilha Terceira que terá um período de discussão pública e onde deverão ser ouvidas todas as associações e instituições entendidas na matéria que tenham que se pronunciar para uma melhor gestão e conservação daquela zona no acautelamento de um recurso tão importante como é a água.

Em segundo lugar é preciso dizer também que o PROTA não é um Plano e Orçamento da Região e muito menos um programa do governo. O PROTA é um documento orientador e cujos objectivos foram já aqui referidos por várias pessoas. Por isso, não tem que ter mencionado este, aquele ou aqueloutro investimento. Existem outros documentos orientadores sectoriais. Refiro-me, por exemplo aos Planos de Emergência quer a nível local, quer regional que definem vias alternativas depois de o evento acontecer e uma via alternativa deve ser definida quando os dispositivos de segurança são accionados. Se acontecer na Estrada Regional, é obvio que esta não será a via alternativa.

Na área da Protecção Civil e noutras, existem já documentos orientadores muito claros quer de âmbito municipal, quer regional, que acautelam estas questões e orientam o que deve ser feito depois de serem accionados os dispositivos de segurança. Infelizmente assim teve que ser no passado mês de Dezembro na madrugada do dia 15 aquando das enxurradas na zona norte da ilha Terceira em que as coisas funcionaram, porque felizmente temos um Serviço Regional de Protecção Civil que é reconhecido como um dos melhores do país. Estando acautelada a questão da Protecção Civil, julgo que não será pela via alternativa ou da Estrada Regional, tendo em conta aquilo que aqui foi dito.

O PROTA é um documento orientador sobre o qual decorrem as devidas especificações no âmbito do P.O.O.C. (Planos de Ordenamento da Orla Costeira), dos (P.P.) Planos de Pormenor, dos P.D.M.'s, (Planos Directores Municipais), dos (P.U.) Planos de Urbanização, da própria R.A.R. (Reserva Agrícola Regional), dos Planos de Salvaguarda, etc. É importante que isso fique bem claro para que não haja confusões sobre o que estamos aqui a discutir. Não podemos querer que este documento especifique em demasia porque depois choca com o que deve ser regulado nos diversos patamares. Refiro-me, por exemplo à obrigação das câmaras nos Planos de Urbanização, nos P.D.M.'s etc. e também às obrigações do Governo Regional neste tipo de Planos.

Uma última nota: tendo em conta o que foi dito sobre o POTRA, não foi para isso que este Conselho de Ilha foi convocado, mas qualquer discussão importante deve ser tida em conta, independentemente dos atropelos regimentais que possa provocar.

Pelo que percebi e pelo acompanhamento que fiz desta matéria, o POTRA foi suspenso parcialmente para acautelar dinâmicas especiais de crescimento e será novamente suspenso para acautelar outras dinâmicas especiais, podendo eventualmente vir a ser revisto quando tiver que acautelar outro tipo de dinâmicas e é bom que assim seja. O PROTA não será tanto assim, mas julgo que o POTRA pode ser encarado dessa forma.”

O Sr. Conselheiro Sieuve de Menezes usou da palavra:

“Só vou intervir relativamente à logística porque tenho tomado algumas posições públicas coincidentes com a Câmara do Comércio.

O que me parece é que este documento reúne condições para ser aprovado hoje, mas terá que o ser com algumas salvaguardas. Há outras também importantes, mas quanto a mim, a mais importante e que tem a ver com a economia da própria ilha e do grupo Central, é uma salvaguarda que claramente especifique que o Eixo Aeroporto - Porto da Praia assim como o Eixo Aeroporto - Porto de Ponta Delgada que são dois eixos principais da logística dos Açores, sejam alternativa um ao outro quando necessário e não se suplantem.

A minha proposta é que se aprove essa salvaguarda, se introduzam algumas alterações necessárias como as que foram aqui mencionadas e se referem ao turismo, mas que estes dois eixos sejam considerados tanto em S. Miguel como na Terceira, os eixos da

logística dos Açores e, quando necessário, sejam alternativa um ao outro sempre que isso se justifique.”

A Sra. Conselheira Andreia Cardoso disse que quando se ausentou da sala, o Sr. Clélio Meneses teria, a respeito da sua intervenção, concluído que ela havia sugerido que o Parecer do Conselho fosse favorável, independentemente de qualquer ressalva que tivesse que ser feita.

Referiu que entendia que é um documento importante e por isso devia ser dado o Parecer favorável e especificou que, no seu entender, devia ficar pelo menos uma ressalva relacionada com a intervenção do Conselheiro Sandro Paim, quando fez referência ao Porto da Praia da Vitória e também à referência já feita ao Cais de Cruzeiros.

No seu entender, o Parecer devia ser favorável, mas condicionado a determinadas questões.”

O Sr. Conselheiro Paulo Messias interveio, dizendo:

“Sendo este um documento importantíssimo para a ilha e para a região, deve ter o nosso Parecer e ser elaborado hoje, mas fazendo referência a algumas situações que não me parece que estejam aqui plasmadas.

Na página 175, no ponto 7.2, diz: *“promover a dinamização e valorização urbanística da cidade de Angra do Heroísmo através da realização de um P. U.”*

Pensamos que a promoção, dinamização, valorização e urbanização da cidade da Praia da Vitória, também terá que ser através de um P.U. que já está a ser realizado. Acho que este documento deveria fazer referência ao P.U. da cidade da Praia da Vitória.

Gostaria também de dizer, como toda a gente disse, que acho que o nosso Parecer tem que referir que as Cinco Ribeiras, Vila Nova, Quatro Ribeiras e Biscoitos devem ser classificadas como Pontos de Turismo.

Quanto ao Porto da Praia da Vitória, o que está aqui escrito é confuso, pode suscitar várias interpretações e acho que o Parecer deste Conselho deve conter um texto que diga com clareza o que os terceirenses pretendem. Volto a dizer que o Parecer deste Conselho deve mencionar ponto por ponto, vírgula por vírgula, o que os terceirenses pretendem do Porto da Praia da Vitória.”

O Sr. Presidente da Mesa António Maio, disse:

“Acho que essa última intervenção foi bastante curiosa porque o Paulo Messias levanta aqui aspectos que se prendem com a realidade da ilha, dos seus pólos urbanos e com a vocação específica de cada um deles.

Temos a preocupação de emitir aqui um parecer ao nível da ilha, havendo duas cidades e dois concelhos, cada um com a sua característica. Angra aparece aqui focalizada como fazendo parte do triângulo estruturante do sistema urbano juntamente com Ponta

Delgada e Horta. A Praia tem menos referências e é apontada como uma alternativa emergente às situações do Porto, que já foram aqui referidas.

Na preparação desta Assembleia e quando li o documento, tomei nota do número de vezes em que eram feitas referências à Ilha e a cada uma das suas cidades. É orientador, genérico e é um macro documento espacial que acaba por abordar todas as valências importantes da Ilha.

Fala aqui na Geoestratégia da Base das Lajes, na Geotermia como valorização potencial para o futuro, do potencial do desenvolvimento dos serviços de base urbana, da tipologia da agricultura, da sustentabilidade das produções do leite e da carne, fala também na complementaridade entre o estatuto da internacionalização de Ponta Delgada de Angra do Heroísmo, como o potencial da própria Praia da Vitória, fala da Universidade dos Açores, das energias renováveis, a Geotérmica e a Eólica e ainda de um aspecto que ninguém referiu em pormenor, descrito na página 55: “*paisagens culturais identificadas no sistema de protecção e valorização ambiental*”, curiosamente a Achada, Biscoitos e o Monte Brasil.

Na Terceira, as áreas ecológicas complementares correspondem apenas a 24% do seu território. É a Ilha onde é menor essa percentagem espacial e é a segunda maior com superfície agrícola de toda a Região Autónoma dos Açores, tendo 33% da superfície terrestre abrangida pela R.A.R. (Reserva Agrícola Regional).

Fala também aqui nas folgas de colmatação pequenas nas áreas urbanas de Angra do Heroísmo. É um aspecto importante: porque é que ainda há folgas de colmatação pequenas nas áreas urbanas de Angra? Fala na oferta imobiliária que excede a procura o que dificulta a recuperação do parque edificado, fala nas opções estratégicas de matriz territorial e nas formas de povoamento, disperso nas zonas rurais e mais concentrado nas urbanas e Angra do Heroísmo aparece como o vértice principal de um triângulo de centralidade regional.

No que diz respeito ao Sistema de Acessibilidades e Equipamentos, é referida a integração da Graciosa na Terceira. Isto para mim é novo. Nunca tinha visto isto tão evidenciado em documentos públicos.

Falou-se aqui na plataforma logística. Creio que o objectivo era, a partir do Porto da Praia, fazer o transbordo das mercadorias para o Grupo Central. Na altura, como Vice-presidente da Câmara do Comércio, estive ligado ao início da construção do referido Porto. Era essa a ideia fulcral e creio que nunca foi posta em prática. Agora vejo aqui no Sistema de Acessibilidades e Equipamentos, a integração da Graciosa na Terceira. S. Jorge fica um pouco integrado na rota do triângulo Pico - Faial.

No que diz respeito ao Aeroporto, o da Terceira é um Aeroporto principal tal como o de S. Miguel. A Ilha tem importância quer ao nível das ligações aéreas, quer ao nível da movimentação de mercadorias por via marítima. Como já foi aqui dito, o Porto da Praia da Vitória é classificado como Classe A, assim como os de Ponta Delgada e Horta, além da área dedicada à logística. É reconhecido como o que tem melhores condições

naturais da Região Autónoma dos Açores onde se têm vindo a efectuar fortes investimentos, apresentando uma grande reserva de capacidade face a Ponta Delgada.

Independentemente das ressalvas aqui enumeradas por alguns conselheiros, é importante reflectirmos sobre o documento genérico. Este é o topo da pirâmide. Os outros documentos sectoriais, nomeadamente os P.D.M.'s, têm que se submeter a este Plano.

É evidente que o Porto Martins não é a única zona de vocação turística da ilha, porque a Vila Nova, Quatro Ribeiras, Cinco Ribeiras e Biscoitos também o devem ser. Devem ser acrescentadas zonas de relevância turística. No pormenor, acho que os P.D.M.'s e os Planos Sectoriais é que devem tratar deste tipo de desenvolvimento.

Em trinta e tal anos de autonomia, este é o primeiro documento do ordenamento do território na Região Autónoma dos Açores, por isso tem grande importância.

Como Presidente da Mesa deste Conselho, deu-me particular gosto ao ver a Ilha bem reconhecida e bem evidenciada com todas as suas valências acauteladas, o que não tinha acontecido quando foi feito o documento preliminar do POTRAA, o tal do turismo, que foi muito criticado aqui ao nível do Conselho de Ilha. Este parece-me um documento bem feito em que a ilha está evidenciada como pólo principal.

Não se falou aqui no hospital de Angra. Tenho dúvidas se é apenas vocação central ou também para o Grupo Ocidental. Ninguém fez referência a isso na área da saúde.

Para terminar a minha intervenção, gostaria de apelar aos Srs. Conselheiros na elaboração do Parecer final, se acham que há aspectos de relevância regional que devam ter uma marcação espacial ao nível da ilha Terceira e que não estejam contemplados nesse documento, que os mencionem.

A partir deste momento vamos elaborar um documento síntese sobre este PROTA. Se for possível congregar Câmara do Comércio, sensibilidades partidárias e sindicais etc., num único documento por unanimidade, o Presidente e a Mesa ficariam muito satisfeitos. Para que isso seja possível, há que criar aqui um grupo de trabalho, não mais do que 3 ou 4 pessoas, as que forem necessárias para representarem as várias sensibilidades. O Conselheiro Guilherme Melo tem ali um documento preliminar para ser entregue na mesa e nós também tomámos nota de algumas ressalvas.

Vamos interromper os trabalhos por vinte minutos e depois voltaremos para ler o documento final.”

Durante este período foi elaborado o Parecer Final desta reunião do Conselho de Ilha da Terceira que após ser lido pelo Sr. Presidente da Mesa, **foi aprovado por unanimidade** por todos os Srs. Conselheiros.

O referido Parecer fica anexado a esta acta.

Nada mais havendo a acrescentar, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a todos os Conselheiros a sua colaboração e deu por encerrada a reunião do Conselho de Ilha da Terceira às (13h15m) treze horas e quinze minutos.

Angra do Heroísmo, 22 de Março de 2010.

O Presidente da Mesa,

O Primeiro Secretário,
